

DISCRIMINAÇÃO RELIGIOSA NO AMBIENTE DE TRABALHO

Rafael Bruno da Silva¹

RESUMO:

O presente trabalho traz uma análise dos princípios constitucionais elencados em nossa Carta Constitucional, no qual num primeiro momento se faz um estudo do princípio da igualdade aplicado à religião e crenças, pois até que ponto vai à liberdade de religião? Quando passam dos limites as crenças religiosas e começa a ser usadas como formas de abusos de direitos pelos cidadãos. Num segundo momento o presente trabalho traz uma análise da liberdade religiosa e o trabalho no qual é importante discutir como acontecem às discriminações religiosas ou de crenças e como fica a moral do trabalhador. Num terceiro plano o trabalho aborda políticas que podem ser uteis para a não discriminação, sendo essas políticas em parceria público-privada, no qual o estado em conjunto com a sociedade trabalham para um bem estar social mais confortável as pessoas que aderem ou querem aderir à determinada religião ou até mesmo não aderir a nenhuma religião e não ser discriminado por sua opção pelo ateísmo, pois vivemos num País laico onde a liberdade de escolha deve sempre prevalecer.

Palavras – Chave: Igualdade. Liberdade. Discriminação. Religião.

ABSTRACT:

This paper presents an analysis of the constitutional principles listed in our Constitution. At first, becomes a study of the principle of equality applied to religion and beliefs as to what extent will the freedom of religion? Where are the limits religious beliefs and begins to be used as forms of abuse of the rights by citizens. Secondly this paper provides an analysis of religious freedom and the work in which it is important to discuss how happen to discrimination or religious beliefs and how worker morale is. Finally, in a third part of this work, it addresses policies that can be useful for non-discrimination, and these policies on public-private partnership, in which the state together with society works for a social welfare more comfortable for people who want to join or adhere to particular religion or even not adhere to any religion and not be discriminated against for their choice of atheism, because we live in a secular country where freedom of choice must always prevail country where freedom of choice should always prevail.

Key – words: Equality. Freedom. Discrimination. Religion.

¹ Aluno do 10º período de Direito Regulatório, o presente artigo é requisito para a obtenção da nota parcial do 1º bimestre do curso de Direito das Faculdades OPET, sob orientação do Professor Shaua Casagrande.

1. INTRODUÇÃO

A discriminação religiosa ou de crença, é mais uma entre as inúmeras discriminações existentes num modo geral e no ambiente de trabalho. Num primeiro momento é preciso analisar a importância do princípio da igualdade e liberdade, descrito em nossa Carta Magna, com isso trazer que há um direito de liberdade de religião e crenças, não podendo ser esse motivo para tal discriminação, sendo na hora da entrevista de emprego ou admissão ou dispensa por parte do empregador quando tem conhecimento da opção religiosa do trabalhador.

O presente trabalho traz uma visão tanto do trabalhador quanto do empregador, pois o trabalhador muitas vezes se utiliza desse direito para ter mais direitos, ou se diferenciar pela sua opção religiosa, ou seja, o trabalho vem trazer uma análise doutrinária e casos concretos, além de decisões julgadas.

Os adeptos do ateísmo e como fica na hora da contratação de emprego que muitas vezes não são contratados por simplesmente não acreditarem ou não participarem da religião imposta pelo empregador ou superior hierárquico, no qual causa um constrangimento na pessoa que esta buscando uma vaga de emprego ou até mesmo está empregada e necessita do trabalho e não tem como fugir do constrangimento moral.

Os dias de guarda no qual é de suma importância para adeptos de algumas religiões, no qual em acordo com seu empregador remanejar esse dia de guarda assim suprindo com outro dia na semana. Há de se falar é claro, nas funções que necessitam que o trabalhador as executem em finais de semana, ou seja, lugares de maiores movimentos nos fins de semanas, como shoppings centers, bares e restaurantes. Nesses casos o empregador seria obrigado a contratar pessoas no qual tem uma maior disponibilidade de horário.

Feriados religiosos como ficam os que já existem? E como ficam os novos feriados religiosos? Esse é um assunto que será debatido nesse trabalho científico, pois feriados religiosos que já existem em nosso país no qual são declarados feriados, ficam como feriados por mero respeito à identidade histórica já existente.

O presente trabalho irá abordar como já funciona em outros estados, a exemplo do Estado de São Paulo, onde trabalha através de resolução para estabelecer maiores políticas públicas, e ter mais igualdade de oportunidades entre empregados, assim deixando o preconceito de lado, e conseguindo um resultado bem positivo contra a discriminação religiosa ou de crença.

Vivemos num país livre de preconceitos e discriminação segundo nossa Constituição Federal de 1988, onde se estabelece a plena liberdade de direitos, prezando também pela igualdade de direitos, não sendo apenas direito de manifestação do pensamento religioso, mas também na igualdade de direitos fundamentais para a vida do ser humano, como moradia digna, educação de qualidade, saúde, dentre outras necessidades expressas em nossa lei maior, pois nosso país é um país laico onde *“todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza...”*.

2 PRINCÍPIO E DIREITOS FUNDAMENTAIS.

2.1 PRINCÍPIO DA IGUALDADE

Quando se fala em princípio da igualdade, é preciso analisar que o mencionado princípio não se modificou desde a antiguidade até os dias atuais. Onde quer que seja não importa o tipo de nação, a sociedade tem uma característica que está sempre buscando uma isonomia. Podendo também em algumas situações em que seja impossível deixar igualitário o tratamento isonômico as pessoas ao menos tentar reduzir a desigualdade.

Adota-se no Brasil através da Constituição Federal de 1988 dentre vários princípios, o princípio da igualdade, onde se tenta fazer com que as atitudes dos cidadãos sejam de certa forma igualitária, assim tendo não somente um tratamento isonômico, mas deixando viável à possibilidade de acesso a direitos, com isso o que tenta se visualizar é a vedação das diferenciações no meio social no que tange a discriminação.

A igualdade de um modo geral só tem seu conhecimento quando falamos no chamado aspecto jurídico-formal, ou seja, igualdade perante a lei, pois a Lei não deve ser interpretada como origem de privilégios, mas sim como forma de instrumento para o regramento perante a vida social, no qual se resguarda em

tratar sem diferenças todos os cidadãos. Assim devendo-se atentar a igualdade material tendo esse dever de ponderação quando se tratar em ditar regras aos iguais e também aos desiguais quando agirem na medida de suas desigualdades.

Nossa carta constitucional de 1988 traz na abertura de seu capítulo I, sobre direitos e deveres individuais e coletivos que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza” (artigo 5º, caput), ou seja, a legislação não pode fazer uma distinção de forma arbitrária quanto aos cidadãos. Nessa mesma linha de raciocínio, temos o artigo 7º da Constituição de 1988 onde fala sobre as regras materiais de igualdade perante trabalhadores, assim reduzindo a desigualdade, pois esses são os objetivos maiores de tal princípio.²

Como trata o renomado Jurista e Professor Celso Antônio Bandeira De Mello, quando se refere à lei, o Professor traz uma ideia muito interessante sobre como deverá ser o tratamento da lei perante a igualdade, privilégios e como veremos a seguir as chamadas perseguições estabelecidas e com isso podemos fazer uma reflexão mais apurada sobre o assunto, desta forma diz Bandeira:

A Lei não deve ser fonte de privilégios ou perseguições, mas instrumento regulador da vida social que necessita tratar equitativamente todos os cidadãos. Este é o conteúdo político-ideológico absorvido pelo princípio da isonomia e juridicizado pelos textos constitucionais em geral, ou de todo assimilado pelos sistemas normativos vigentes.³

Podemos compreender que os maravilhosos ensinamentos do Professor Bandeira, ajudam a entender qual o verdadeiro papel da lei, qual a regulação da vida social, onde necessita ter seus valores respeitados quando a uma isonomia, sendo esse tipo de regulação pela lei de forma a não estabelecer *privilégios* e nem *perseguições*, dessa forma não favorece e nem intimida quem é adepto de uma crença religiosa.

² Silva, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 32ª Ed.2009, São Paulo: Editora Malheiros. P. 211

³ Mello, Celso Antônio Bandeira de, **O Conteúdo Jurídico do Princípio da Igualdade**, 3ª Ed.2010, São Paulo: Editora Malheiros, p. 10.

O princípio da igualdade de certa forma causa uma postura de extremidade, pois existem teses que são sustentadas a respeito, no qual fala que a desigualdade perante a população social é um reflexo do mundo. Diante disso, as constituições desde o tempo do império descrevem o princípio da igualdade como forma de isonomia perante a lei, pois o que tentamos entender é que a igualdade deve ser levada além desse entendimento assim sendo igualitário em qualquer natureza ou forma de discriminação.⁴

A desigualdade com sua força e repercussão devastadora afeta a sociedade em inúmeros gêneros sendo essa não equiparação ou desigualação quando tratamos em falar de raça ou cor, sexo ou orientação sexual, crenças e religiões, física, ou seja, pessoas com necessidades especiais, pensamentos filosóficos e políticos, idade e trabalho.

O princípio da igualdade requer uma análise mais apurada, pois é sabido que existe uma enorme complexidade de se identificar até onde vai a igualdade e quando passa dos limites e começa a inconstitucionalidade sobre o princípio. O Professor Celso Antônio Bandeira de Mello, fala em três questões de suma importância que merecem atenção, pois em sua análise ele desfragmenta o referido princípio analisando quando ocorre e quando não ocorre a determinada igualdade ou desigualdade, vamos às determinadas hipóteses:

- a) a primeira diz com o elemento tomado como fator de desigualação;
- b) a segunda reposta-se à correlação lógica abstrata existente entre o fator erigido em critério de discrimen e a disparidade estabelecida no tratamento jurídico diversificado;
- c) a terceira atina à consonância desta correlação lógica com os interesses absorvidos no sistema constitucional e destarte juridicizados.⁵

Com esta breve análise tenta o Professor Celso Antônio Bandeira de Mello estabelecer diretrizes para saber até onde vai o ato discriminatório e se há um fundamento racional para tal questão. Ou seja, a investigação sobre o que está sendo colocado como discriminação, pois entende Bandeira que a necessidade de se apurar uma justificativa racional, assim trazendo um fundamento conciso.

⁴ Silva, José Afonso da. **Op. Cit.** P. 214.

⁵ Mello, Celso Antônio Bandeira de. **Op. Cit.** P. 21 e 22.

2.2 BUSCA DA FELICIDADE P.E.C 19/10

Não ha como se falar em liberdade de crença ou religião sem mencionar a proposta de Emenda à Constituição, de elaboração do Senador Cristóvão Buarque, no qual o intuito é modificar o (artigo 6º da Constituição Federal) no qual fala: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”, pois como traduz a Carta Constitucional todos os brasileiros teriam que ter esses direitos assegurados, o Senador Buarque entende que todos esses direitos trazidos no artigo só têm valia se o cidadão tiver a sua felicidade, pois se a busca pela felicidade não fosse importante teria uma neutralização do presente artigo.

A análise do parlamentar está voltada para o pensamento em que a felicidade é pra ser usada como um nexos causal, onde faz a união de todos os direitos, no qual faz despertar o desejo de felicidade.

Ao fazer a inclusão do *Princípio a busca da felicidade*, pois a felicidade como meta individual ou até mesmo coletiva, é constantemente apreciada pela sociedade, sendo essa busca de varias maneiras, no caso do trabalho abordado a busca por um bem estar melhor sem discriminação ou até mesmo no convívio social, pois a P.E.C aborda uma ideia de bem estar social no qual é direito das pessoas viver em harmonia, esse princípio é um grande aliado da liberdade de opinião. As pessoas normalmente quando procuram uma orientação religiosa não estão apenas buscando um foco a se seguir, mas sim a felicidade, harmonia e seu próprio bem estar individual. A busca da felicidade é propriamente entendida quando falamos na inviolabilidade dos direitos elencados no (artigo 5º e 6º da Constituição da República), ou seja, a partir do momento que esses princípios constitucionais são violados a felicidade também é diretamente violada.

A liberdade de crença e religião nada mais é do que a busca da felicidade pela sociedade, assim, a pessoa para se sentir feliz precisa ser respeitada e também respeitar os limites de cada pessoa. O Senador entende que a sociedade merece um respeito maior, com isso fica claro que a alteração na lei

vai abraçar as pessoas que de certa forma buscam a felicidade através da fé em um ser superior.⁶

Nesta linha de pensamento o Professor Paulo Gustavo Gonet Branco diz:

O reconhecimento da liberdade religiosa pela Constituição denota haver o sistema jurídico tomado a religiosidade como um bem em si mesmo, como um valor a ser preservado e fomentado. Afinal, as normas jusfundamentais apontam para valores tidos como capitais para a coletividade, que devem não somente ser conservados e protegidos, como também ser promovidos e estimulados.⁷

Pois o que o Professor Paulo Branco entende que não se deve apenas preservar os valores culturais e religiosos, mas sim fazer um estímulo da prática religiosa, dessa forma promover informações quanto a religiosidade e crenças. Fala ainda que sendo reconhecida a religião, contribui para a formação moral da sociedade.

2.3 PLURALISMO POLÍTICO

Não há como se tratar de liberdade de religião, culto e crença, antes de abordar um dos mais importantes princípios no qual seria o da democracia pluralista, pois como traz nossa Constituição Federal, um estado democrático de direito necessita resguardar os valores de uma sociedade, assim fundamentado pelo Artigo 1º, V e o preâmbulo de nossa Carta Constitucional de 1988, no que diz:

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias,

⁶ Disponível em: <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/pec-da-felicidade-comeca-a-tramitar-na-camara> > acesso em: 13/10/2012.

⁷ Mendes, Gilmar Ferreira, **Curso de Direito Constitucional**, Gilmar Ferreira Mendes, Inocêncio Mártires Coelho, Paulo Gustavo Gonet Branco. – 5ª. Ed. Ver. E atual. – São Paulo: Saraiva, 2010.

promulgamos, sob a proteção de **Deus**, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil.

Nossa Carta Constitucional nos colocou um modelo, pelo qual a sociedade segue valores, como o respeito à pessoa humana, sua liberdade quanto a ter uma crença ou religião. Nosso País por ser laico e com culturas, grupos sociais, grupos econômicos e ideológicos, necessita escolher por uma sociedade pluralista. Em função disso a sociedade acaba por conflitar ao redor de interesses de um viés contraditório.

O pluralismo político gera algumas divergências no que tange a construção de um equilíbrio entre a sociedade, pois muitas vezes fica difícil controlar as atitudes incorretas do particular e evitar esferas divisionais entre as pessoas. Com esse atrito no pluralismo político, se estabelece que para dirimir conflitos é necessário um poder político, ou seja, um poder no qual faça com que a democracia prevaleça com isso balanceie os direitos democráticos das pessoas.⁸

Deste modo, se faz uma interpretação que é de muita importância ter uma Constituição Federal com seguimentos pluralistas, no qual aponta por uma sociedade mais igualitária e no qual diz não a discriminação contra crença e religião, pois como traz o Professor José Afonso Da Silva, a pluralidade tem que ser uma esperança para poder concretizar todos os direitos assim trazidos por nossa Constituição Federal em vigência, pois o Professor acredita que o povo brasileiro precisa romper barreiras para posteriormente começar a ter os direitos garantidos.⁹

O Pluralismo político no caso da liberdade de religião deve ter a iniciativa de toda a sociedade, de forma que o respeito mútuo exista e com isso possa a sociedade viver com tranquilidade e paz entre as diferentes culturas existentes em nosso país. Esse mesmo respeito só consegue ser visualizado com a ajuda estatal onde fica o governo com o dever de promover políticas públicas contra o preconceito seja ele de qualquer forma.

⁸ Silva, José Afonso da. **Op. Cit.** p. 143.

⁹ Silva, José Afonso da. **Op. Cit.** p. 145

2.4 LIBERDADE DE RELIGIÃO

Primeiramente antes de abordar a temática em foco que seria a liberdade de religião, é preciso trazer uma ideia sobre a liberdade de opinião no qual anda numa paralela com a liberdade de religião, pois a religião e crenças não passam primeiramente de uma mera opinião. E é dessa forma que o Professor José Afonso Da Silva¹⁰, trata como uma liberdade primária, ficando assim como ponto de partida para as inúmeras liberdades no qual o ser humano tem direito e deve desfrutar, pois esse é o começo de toda a liberdade de escolha e intelectual do cidadão, pois a partir da liberdade de pensamento ou opinião, o individuo começa a desenvolver sua liberdade de expressão. A partir do momento que o individuo começa a expressar seu pensamento e sua opinião, começa ao mesmo tempo a tornar tal ato público. O Professor José Afonso Da Silva, ainda cita que a “*liberdade de pensar e dizer o que se crê verdadeiro*” essa ideia nos remete a refletir que é necessário se ter uma crença, ou seja, uma crença em seus pensamentos podendo ou não ser expressado.

Nossa Constituição Federal de 1988 traz em seu (artigo 5º, VI e VIII) o reconhecimento da liberdade e igualdade perante religiões e crenças, pois é vedada a privação dessa liberdade de pensamento e expressão. Sendo assim, a sociedade deve lutar por uma isonomia sobre o direito a liberdade de consciência e religião ou crença.¹¹

A título de comparação, com a Constituição atual, a Constituição de 1.824, previa em seu artigo 5º que a “religião Catholica Apostólica Romana continuara a ser a religião do Império. Todas as outras religiões serão permitidas com seu culto doméstico, ou particular em casas para isso destinadas, sem forma alguma de templo”, com isso tinha o Império uma visão taxativa e catolicista, assim limitando o direito das pessoas quanto à liberdade de crença e culto. Pois as reuniões só poderiam acontecer em locais públicos.

José Afonso da Silva traz a ideia que a liberdade religiosa nada mais é do que a manifestação de pensamento, ou seja, a sociedade num modo geral é livre para expressar seus pensamentos, pois em sua visão existem três formas de liberdades: “a) a liberdade de crença; b) a liberdade de culto; e a liberdade

¹⁰ Silva, José Afonso da. **Op. Cit.** p. 241

¹¹ Silva, José Afonso da. **Op. Cit.** p. 226.

de organização religiosa”. Todas essas formas então asseguradas pela lei maior de nosso País.¹²

A liberdade de religião, crença ou culto, é livre, dessa forma o direito individual de liberdade de pensamento deriva da chamada *escusa de consciência* assim podendo o indivíduo ter a liberdade para determinar as imposições a determinadas atividades no qual entra em atrito com suas ideologias religiosas tendo sua vedação somente quando a sua invocação pelo indivíduo é de omissão, pois quando se faz presente uma obrigação legalmente imposta a todos, ou seja, naqueles casos de serviço militar obrigatório, mas nesses casos a lei traz que o recusante de prestar serviço militar será imposto prestação de maneira alternativa, desta forma, o recusante cumpre conforme traz o (artigo 143, § 2º da CF), nesse caso o indivíduo fica obrigado a cumprir com a lei.

Nossa Constituição Federal de 1988 traz fundamentos no qual visa fazer com que o estado seja um estado laico, assim pregando a não obrigatoriedade de uma religião única, pois, isso traduz ser um país livre quando falamos em manifestação de pensamento, podendo-se aderir a qualquer crença ou até mesmo não aderir a nenhuma manifestação religiosa ou pensamento. Diante da reflexão do jurista José Afonso da Silva quando trata que a liberdade de escolha religiosa deve ser respeitada. Por tanto a pessoa é livre para aderir ou não uma crença, ou seja, a pessoa tem a liberdade de ser descrente, indo além, aderindo ao próprio ateísmo ou até mesmo o agnosticismo como veremos no subcapítulo a seguir.¹³

A liberdade religiosa segundo o renomado Jurista José Afonso Da Silva divide-se em três partes:

- a) Sendo a primeira, liberdade de crença.

A Constituição Federal de 1967/1969 não trazia expresso em sua carta sobre a liberdade de crença, abordando apenas a liberdade de consciência, mas a própria carta em seu (artigo 153, § 5º) a lei assegurava as pessoas

¹² Silva, José Afonso da. **Op. Cit.** P. 248.

¹³ Silva, José da, **Comentário contextual à Constituição**. 5ª Ed.2008, São Paulo: Editora Malheiros. P. 94.

adeptas de uma crença o livre exercício de cultos religiosos, mas como já mencionado era tratado como livre liberdade de consciência. Com a Constituição Federal de 1988 institui-se em seu (artigo 5º, VI e VIII).

A liberdade de crença vem resguardar o direito a fé. Nessa linha de raciocínio tem que se falar também na liberdade de pensamento ou na livre escolha do indivíduo para crer ou não em alguma religião ou crença.¹⁴

b) Da liberdade de culto.

A liberdade de culto é fundamental em nosso estudo, sem ela fica mais difícil de visualizar a liberdade religiosa. O direito de culto tem suas características marcadas pela adoração a Deuses ou coisas do gênero, reuniões na maioria das vezes em igrejas. A Constituição de 1988 traz em seu (artigo 5º, VI), no qual é clara em trazer que são livres as reuniões, garantindo legalmente a sua proteção a esses locais de concentrações de fiéis a uma determinada crença. Assim se diferenciando das Constituições anteriores no qual não traziam uma proteção constitucional aos locais de manifestações religiosas. Como já exposto acima, era a religião unicamente Católica. A lei não pode definir os locais de culto, mas sim fazer uma fiscalização, pois há locais onde muitas vezes acontecem concentrações, um exemplo são as praças, parques e etc. Sendo assim, lugares que são de certa forma atípicos para reuniões religiosas, com isso, a administração pública tem o dever de reger normas para o uso desses locais.

Os templos e as edificações religiosas, como traz a constituição são imunes tributariamente, pois é vedada a cobrança de impostos por parte da União, Estados e Municípios e Distrito Federal conforme (artigo 150, VI da CF).¹⁵

c) Liberdade de organização religiosa.

Esse tipo de liberdade religiosa quanto às organizações vem trazer qual seria o vínculo das organizações religiosas com o estado. Pois Constituições

¹⁴ Silva, José Afonso da. **Op. Cit.** P. 248.

¹⁵ Silva, José Afonso da. **Op. Cit.** P. 249.

anteriores, como a Constituição Imperial, mantinham total vínculo com a igreja e religião oficial da época. Com o passar do tempo esse pensamento foi se extinguindo, com o advento da Constituição de 1891, ficou clara a separação do estado e igreja, assim tendo o estado o papel de fazer o reconhecimento da personalidade jurídica das organizações religiosas, tornando o Brasil um País laico e as igrejas o direito de realizar cultos e reuniões sem nenhuma privação de liberdade a sua privação de liberdade.¹⁶

2.5 ATEÍSMO

O ateísmo que se configura na linguagem do Professor Jayme Weingartner Neto, como *liberdade negativa*, no qual traduz que a liberdade de consciência é de suma importância, não sendo a liberdade religiosa a única a ser priorizada, pois começa o ateísmo onde acaba a liberdade de religião.

A estrutura de liberdade negativa, que se pode exercitar como opção de crença ou de descrença, *não significa que o programa normativo da liberdade religiosa estenda-se ao ateísmo*. Vale lembrar, aqui, a raiz mais ampla da liberdade de consciência, da qual a liberdade religiosa talvez seja o tronco principal, mas não sentido, “o ateísmo começa onde acaba religião”, embora merecedor da mesma tutela constitucional.¹⁷

Trazendo em princípio um conceito de ateísmo, no qual “A” significa “não” e “TEÍSMO” vindo da palavra “Deus”, esse termo tem origem grega (Atheus), no qual era direcionado as pessoas que não tinham nenhum direcionamento religioso, ou seja, não acreditavam em um Deus ou Deuses. O ateísmo por ser uma prática adepta por milhares de pessoas é dividida em várias formas, as modalidades mais comuns seriam a prática ateísta *implícita e explícita*, como veremos adiante.

¹⁶ Silva, José Afonso da. **Op. Cit.** P. 250.

¹⁷ Weingartner Neto, Jayme. **Liberdade Religiosa na Constituição: fundamento, pluralismo, crenças, cultos**. 1ª Ed. 2007, Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora. P. 114.

2.5.1 Ateísmo implícito

Essa modalidade se liga na variedade da prática, pois não se funda na ideia radical que Deus ou Deuses existem, mais sim na teoria filosófica e científica, essa hipótese é adepta enquanto existir essa filosofia de vida praticada pelas pessoas. Essa modalidade de ateísmo tem mais duas vertentes no qual seriam ateísmo natural e ateísmo prático.

2.5.1.1 Ateísmo natural

Acontece nos casos onde a pessoa não tem um conhecimento sobre a o assunto, devido a sua falta de informação ou sua incapacidade intelectual, assim não tendo ideia da existência de uma divindade, então, o ateísmo natural fica com a concepção de que todas as pessoas que não conheceram ou não conhecem uma divindade, são adeptas naturais do ateísmo.

2.5.1.2 Ateísmo prático

São adeptos a esse pensamento aquelas pessoas que já tiveram contatos com alguma religião ou crença, assim não expressando qualquer tipo de manifestação e negação quanto à existência de divindades.

2.5.2 Ateísmo explícito

Essa ideia traduz claramente a filosofia onde os praticantes tem uma negação consciente da existência de alguma divindade, pois não há como fazer uma análise do perfil do praticante, mas apenas saber que a ideologia no qual o individuo adere parte de sua filosofia de vida. Essa modalidade também e dividida em duas partes, nas quais seriam ateísmo negativo ou cético e ateísmo positivo ou crítico.¹⁸

¹⁸ Disponível em <<http://ateus.net/artigos/ateismo/os-fundamentos-do-ateismo>> acesso em 14/10/2012.

2.5.2.1 Ateísmo negativo ou cético

Essa pratica parte da descrença do individuo em Deuses, pois com a ausência de evidências, os adeptos até tentam provar a inexistência divina, mas não se importam com a possibilidade da existência de ser divino.

2.5.2.2 Ateísmo positivo ou crítico

Essa modalidade os adeptos negam completamente a existência de um ser divino, mas a ideologia não fica apenas na rejeição mas também nos ataques diretos a existência de um ser supremo.¹⁹

2.6 LIBERDADE DE RELIGIÃO E A NÃO DISCRIMINAÇÃO.

A liberdade de religião exerce um trabalho no qual busca garantir a não-discriminação e assim fazer com que o estado mantenha uma relação com os cidadãos de modo fundamental e igual, essa garantia no qual busca o estado deve alcançar as liberdades e garantias pessoais, ou seja, a discriminação em função da religião mas também aos direitos de participação ou envolvimento politico tendo como exemplo o acesso aos cargos de caráter públicos, não podendo esquecer também do direito dos trabalhadores com direito a emprego e uma formação profissional digna.

A não-discriminação é um dever do Estado, onde o Estado exerce uma função de proteção da sociedade contra perturbações no qual configurem uma ação lesiva praticada por outrem. Pois o que vem se esperando do estado é uma ação de total defesa dos direitos, mas o que realmente se visualiza é uma

¹⁹ Disponível em <<http://ateus.net/artigos/ateismo/os-fundamentos-do-ateismo>> acesso em 14/10/2012.

ação comissiva. As ações do estado podem de certa forma de natureza fática ou também no âmbito normativo.²⁰

Pois no capítulo a seguir, no qual fala sobre a discriminação no trabalho, as políticas de parceria público privadas precisam ser tratadas com mais atenção, pois o que vamos visualizar adiante a é uma análise a falta de atenção do estado quando a preservação dos direitos de liberdade e igualdade do cidadão não apenas na área trabalhistas mas nos diversos ambientes no qual a vida proporciona ao ser humano.

3 DISCRIMINAÇÃO NO AMBIENTE DE TRABALHO

3.1 DISCRIMINAÇÃO DE MODO GERAL NO TRABALHO.

A discriminação no ambiente de trabalho é de certa forma todo aquele tipo de exclusão por parte do empregador, distinção no âmbito de diferenciar os trabalhadores ou até mesmo ter uma preferência entre funcionários. O fundamento de um modo geral acontece com base na religião, cor, raça, sexo, estado civil, necessidades especiais, opinião política e também não deixando no esquecimento as diferenças sociais.

A Convenção n. 111 da Organização Internacional do Trabalho, no qual é sediada em Genebra na Suíça, traz em seu artigo 1º uma definição sobre discriminação no ambiente de trabalho, ou seja:

toda distinção, exclusão ou preferência fundada na raça, cor, sexo, religião, opinião política, ascendência nacional ou origem social que tenha por efeito destruir ou alterar a igualdade de oportunidades ou de tratamento em matéria de emprego ou profissão.

A mencionada tem a ideia de eliminar todos os tipos de discriminações no âmbito trabalhista, foca em resguardar os direitos sociais quanto ao tipo de condições no qual se encontram os trabalhadores sendo esses motivos de cor, raça, religião, opinião política, ascendência nacional ou origem social, assim

²⁰ Canotilho, José Joaquim Gomes, *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. 7ª ED. 2012. São Paulo. Editora Almedina. P. 375.

pregando uma filosofia de igualdade entre os particulares e prestando um tratamento digno para com os trabalhadores.

Nossa Constituição Federal de 1988 faz em seu (artigo 3º, IV) faz disposição sobre a igualdade das pessoas perante a lei, não fazendo distinção qualquer natureza.

Num primeiro momento a discriminação no trabalho tem sua característica marcante por dois elementos, sendo eles, objetivo e subjetivo no tocante a discriminação, o elemento objetivo faz menção ao ato de fazer, ou seja, fica caracterizada a discriminação quando o empregador exaure preferência efetiva por outra pessoa não tendo ao certo uma causa que justifique aquela atitude de escolha por outro lado o elemento subjetivo desse tipo de discriminação fica caracterizado pela intenção de agir. É de muita importância saber ponderar e identificar quando a função depende de exigência especial, podendo se caracterizar por um conhecimento específico, uma qualificação para realização de atividade laboral, pois o que tem que ser analisado é exclusão de uma oportunidade de trabalho, levando em consideração os princípios elencados na lei maior e lei específica. As praticas de ato discriminatório costumam ocorrer na admissão, ou no andamento da relação de trabalho ou até mesmo na hora de dispensar o trabalhador.²¹

Ocorre um problema no qual é preciso saber como lidar com a liberdade e igualdade no momento da contratação, pois o empregador tem livre escolha para contratar quem achar que cumpre os requisitos necessários para tal aptidão, de outro lado tem o empregado que de maneira alguma pode ser discriminado. Existem algumas funções no âmbito profissional que necessitam de algum tipo de aptidão especial, podendo ser elas de características morais e técnicas. Essa liberdade de escolha de empregado é determinada pelo artigo 170 da Constituição Federal.²²

3.5 DA DISCRIMINAÇÃO RELIGIOSA OU DE CRENÇA.

²¹ Nascimento, Amauri Mascaro. **Curso de direito do trabalho**. 23ª Ed. 2008. . São Paulo: Editora Saraiva. P. 506 e 507.

²² Nascimento, Amauri Mascaro **Op. Cit.**. P. 508.

A discriminação religiosa no trabalho muitas vezes acontece por causa do estado de inferioridade do empregado perante o empregador, pelos motivos de subordinação na relação trabalhista. Nossa legislação prevê direitos sociais aos trabalhadores sendo eles urbanos ou rurais, um dos direitos previstos em nossa Lei maior, (artigo 7º, inciso XXX, da Constituição Federal) é o direito a igualdade de salário entre os trabalhadores, o exercício de funções laborativas e ainda no que tange a contratação de pessoas por motivo de sexo, idade, cor e incluindo-se também o estado civil do indivíduo. Mas no que tange a esfera religiosa, ou seja, o motivo de religião não está expresso no referido artigo.

O (artigo 3º inciso IV da Constituição Federal) ao taxar os *objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil* traz num modo específico os preceitos sobre origem, raça, sexo, cor e idade, deixando ampla a vedação a quaisquer outros motivos de discriminação. Nessa mesma linha de raciocínio o (artigo 7º XXX da mesma Carta Constitucional), onde novamente fala em respeitar o sexo, idade e cor, novamente não mencionando a liberdade religiosa no ambiente de trabalho.²³

A liberdade religiosa no trabalho deve se fundar através do princípio da igualdade, neste sentido o (artigo 5º inciso VI da Constituição Federal) traz a inviolabilidade a liberdade do trabalhador em *crer assim tendo a livre consciência exercer ou participar de cultos religiosos*. Com isso é possível visualizar que essa garantia é totalmente constitucional, ou seja, o trabalhador recorre aos princípios tanto da liberdade como da igualdade para se socorrer e ter seu direito garantido. Reforçando essa idéia o inciso VIII do mesmo artigo 5º deixa expresso a não privação de direito por motivo de religião ou crença. Pois o direito ao trabalho é um direito de todos, desta forma está presente o princípio da igualdade, onde todos têm direito em buscar uma vaga no mercado de trabalho sem distinção de qual seja sua opção religiosa ou até mesmo sua opção pelo ateísmo.²⁴

Em Portugal esse conceito de religião é bem mais amplo, tendo na Constituição Portuguesa um artigo apenas para assegurar o direito dos trabalhadores, no referido (artigo 59º, 1) “*todos os trabalhadores, sem distinção de idade, sexo, raça, cidadania, território de origem, religião, convicções ou*

²³ Weingartner Neto, Jayme **Op. Cit.** P. 230.

²⁴ Weingartner Neto, Jayme. **Op. Cit.** P. 231.

ideológicas, tem direito:”, pois o referido artigo faz proibição a vedação dos direitos trabalhistas em função da religião do trabalhador. Dessa maneira fica claro evidenciar a diferença entre Países quando se fala do assunto relacionado, Portugal adere ao “*direito especial de igualdade, proibindo a discriminação em função da religião em áreas tão sensíveis como a retribuição, a organização e as condições do trabalho, repouso e assistência material em caso de desemprego involuntário*” como relata em o Professor Jayme Weingartner Neto²⁵, já em nosso País as bases jurídicas são diferentes, ou seja, deve o trabalhador se apegar ao princípio da igualdade e liberdade, afim de ter seu direito respeitado pela sociedade.

3.6 ONDE E COMO ACONTECEM AS DISCRIMINAÇÕES.

Geralmente esses tipos de discriminações acontecem nas entrevistas de emprego, onde a empresa muitas vezes na hora de avaliar seus candidatos aplicam questionários onde é elaboradas perguntas sobre sua opção religiosa ou até mesmo a não aderência de alguma religião específica do qual o dono ou sócios da empresa são praticantes de alguma crença e doutrina religiosa específica.

O julgado abaixo demonstra que a pessoa só não conseguiu a vaga de emprego por ter expressado sua opção religiosa, socorreu-se a justiça para tentar suprir a constrangimento de não ser aprovada por apenas ter uma opção religiosa.

Como veremos a seguir na decisão do TRT-23 em nota de rodapé.²⁶

²⁵ Weingartner Neto, Jayme. **Op. Cit.** P. 230.

²⁶ DISCRIMINAÇÃO EM RAZAO DE CRENÇA RELIGIOSA. DANO MORAL CARACTERIZADO. INDENIZAÇÃO DEVIDA. PROCESSO: RO 861201000923000 MT 00861.2012.009.23.00-0. RELATOR: DESENBARGADOR EDSON BUENO; ORGAO JULGADOR 1º TURMA.

No caso concreto ficou robustamente comprovado que a reclamante só não foi contratada pela empresa ré, após realizar algumas etapas do processo seletivo, por causa de crença religiosa, sem qualquer motivo plausível, pois professar a sua fé religiosa não traria qualquer implicação no exercício da função a que se submetia no processo seletivo nem às atividades desempenhadas pela empresa ré. Esses fatos evidenciam, no seu conjunto, que houve discriminação injustificada e injustificável atentatória à garantia constitucional de isonomia no trato (inciso VIII do artigo 5º da Lei Maior), pelo que a autora tem direito à indenização para reparar o dano moral sofrido. **Disponível em: <www.JusBrasil.com.br> acesso em: 01 de junho de 2012.**

A discriminação muitas vezes se configura tanto no processo seletivo como supramencionado. As pessoas muitas vezes pelo seu visual característico em função de sua religião são discriminadas e assim deixadas de lado.

A de se refletir que o ônus da prova nesses casos é do empregado, ou como traz o artigo 818 da Consolidação das Leis Trabalhistas juntamente com o artigo 333, inciso I do Código de Processo Civil, pois o trabalhador que se sentir lesado deve buscar todas as provas de fatos existentes para poder pleitear uma eventual indenização como aponta a decisão em nota de rodapé:

27

Com essa ementa fica claro perceber que só poderá ser conhecido o pedido se houver provas que comprovem a discriminação religiosa sofrida.

Nos processos de recrutamento e seleção pode também surtir efeito ao contrario, assim ficando o candidato sem uma vaga de emprego, sendo discriminado por não ser adepto a uma religião ou crença específica, essa situação é o típico caso de discriminação por parte do empregador no qual se nega a oportunidade da candidata em concorrer a uma vaga de emprego por causa da sua opção de não frequentar mais a doutrina no qual o diretor, gerente ou próprio dono da empresa é adepto. Nessa mesma linha de raciocínio, é interessante analisar que o empregador ou superior, muitas vezes usa desses artifícios para tentar pregar sua crença ou religião, pois sabe que tem um cargo superior e muitas das vezes não vai ser contrariado por empregado subordinado.

3.7 RESPONSABILIDADE NO ÂMBITO PENAL.

²⁷ TRT-PR-23-11-2010 EMENTA: DANO MORAL. DISCRIMINAÇÃO POR CRENÇA RELIGIOSA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. INDENIZAÇÃO INDEVIDA. Para que se caracterize o dano moral devem ficar demonstradas as alegações de que a empregada sofreu discriminação no ambiente de trabalho em decorrência de sua opção religiosa. A ausência de prova dos fatos que ensejariam a reparação de ordem moral inviabiliza o acolhimento do pedido de indenização. Recurso ordinário da reclamante conhecido e não provido. (18702009242901 PR 1870-2009-242-9-0-1, Relator: ALTINO PEDROZO DOS SANTOS, 3A. TURMA, Data de Publicação: 23/11/2010). Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/18887800/18702009242901-pr-1870-2009-242-9-0-1-trt-9>> acesso em: 01 de junho de 2012.

A discriminação religiosa contra pessoa crença é punível no âmbito criminal, pelo qual se entende crime de injúria tipificado pelo artigo 140 § 3º do Código Penal Brasileiro, no qual a pessoa ofensora utiliza de elementos nos quais se refere à raça, cor, etnia, religião, origem ou condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência.

Uma lei no qual também traz segurança jurídica é a lei 9.459/97, onde fala da prática e induzimento da discriminação e preconceito, dessa forma punindo os ofensores que praticam o racismo.

Nesse caso o bem jurídico no qual é tutelado é a honra do ser humano, como demanda o Professor Luiz Regis Prado “*no delito de injúria protegem-se especificamente a dignidade e o decoro*”. Nesse caso entende o Professor que todos os valores do ser humano estão na sua dignidade social e sua moral.

A grande característica da injúria nos casos de discriminação é propriamente versada através do desprezo e desrespeito, pois, a injúria consiste na opinião pessoal que o autor da ofensa está fazendo, no qual faz ofensa seja ao sentimento da dignidade e filosofia de vida do indivíduo.

A ofensa contra a pessoa pode de certa forma tomar proporções ainda maiores quando é presenciada por terceiros, assim além da injúria, a reputação da vítima que está sofrendo a discriminação fica completamente abalada. Esse tipo de injúria é mais comum no ambiente de trabalho no qual geralmente existem grupos com grande número de pessoas.²⁸

3.8 FERIADOS RELIGIOSOS, DIAS DE GUARDA E O TRABALHO.

A Lei Federal 10.607/2002 estabelece quais são os feriados nacionais. A Lei 6.802/80 traz num modo específico o feriado de 12 de Outubro, onde fica certo que seja para culto público e oficial a Nossa Senhora Aparecida, Padroeira Do Brasil. Por afronta ao princípio da não confessionalidade, por fim é considerado quase óbvio que a matéria não foi reconhecida pela Constituição Federal de 1988.²⁹

²⁸ Prado, Luiz Regis. **Curso de direito Penal, volume 2: parte especial, arts. 121 a 183. 3.** Ed. Revisada e atual. São Paulo. Editora revistas dos tribunais, 2004. P. 256,257 e 258.

²⁹ Weingartner Neto, Jayme. **Op. Cit.** P. 238.

Muitos feriados estão definidos em nível nacional, mas temos feriados isolados como o caso da cidade do Rio de Janeiro que guarda o dia de São Jorge sendo sendo celebrado no dia 23 de Abril, outro caso de feriado isolado é em Porto Alegre que é feriado religioso no dia 02 de Fevereiro sendo dedicado a Nossa Senhora dos Navegantes dentre outros tantos feriados pelas cidades Brasileiras.

Pedro Lenza traz a questão cultural nos casos de feriados religiosos, pois em 2007 quando o Papa Bento XVI esteve no Brasil, onde declarou no dia 11 de maio, a canonização do Frei Galvão, famoso por supostos milagres de cura.

Sendo essa matéria bastante discutida no Congresso Nacional, e ao final definida e incluída a data de 11 de maio em nosso calendário histórico cultural brasileiro, porém exata data não foi reconhecida como feriado, pois como sabemos o Brasil é um país laico.

No caso dos feriados religiosos que já existem, a única explicação é a sua identidade histórica e cultural, sendo pessoas que simbolizam a fé da sociedade.³⁰

Desta forma se faz presente à diversidade religiosa no qual permite o “livre exercício de crença e religião”. Nesse sentido o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, institui norma onde assegura o exercício de cultos e liturgias religiosas, em função de um servidor público de seção judiciária do Rio Grande do Sul, no qual buscava a liberdade para se ausentar-se do trabalho para participar do dia consagrado pelo judaísmo como “Yom Kippur” que é considerado um dos dias mais importantes para a nação judaica, geralmente os judeus observam esse dia com um jejum de 25 horas e muita adoração e reza. Pois mencionou o departamento de recursos humanos que o feriado poderá ser compensado em outro dia, sendo avisado previamente o responsável pela unidade administrativa.³¹

Já na relação de trabalho, ou seja, o empregado no qual é protestante muitas vezes por motivos de sua religião determina que seja reservado dia específico para obter seu descanso. Desse modo, Fica em questionamento, se o empregado poderá se eximir da sua presença na empresa empregadora, em data tida por ele como data inadequada ou de guarda religiosa mesmo não

³⁰ Lenza, Pedro. **Op. Cit.** P.. 983.

³¹ Weingartner Neto, Jayme. **Op. Cit.** P. 239.

sendo feriado conhecido por lei? Pois o Professor Jayme Weingartner responde que não é impedido, que o empregado mediante comunicação prévia ao empregador faça a informação a respeito da impossibilidade do comparecimento em dia determinado, mas é devido que o empregado compense a folga em outro dia a ser estipulado, caso isso não seja concedido pelo empregador, vale observar que o empregado poderá considerar a rescisão do contrato e pleitear a indenização devida quando for tratado pelo empregador ou por seus superiores hierárquicos com excesso de rigorosidade. Nesse modo vale considerar que a um direito a ser respeitado.³²

Deve ser respeitada a guarda dos sábados, como nos casos dos adeptos a doutrina Adventista, nesse caso pode o trabalhador junto com seu empregador encontrar uma melhor maneira de se adequar e remanejar outro dia para repor o dia de sábado no caso, pois é entendido ser um direito fundamental do trabalhador ter sua crença e resguardar o dia devido, claro que essa opção deve sempre atender a uma ponderação, observando o nexos causal da situação e fato, onde a de ser analisado caso a caso.

A problemática está nas funções que necessitam que o empregado trabalhe aos sábados, um exemplo disso é função de promotor de vendas e serviços que sejam executados nos finais de semanas, dias de maior movimento em mercados, bares e restaurantes. Nestes casos o empregador tende a escolher quem tem mais disponibilidade de dia e horário.

4 ESTADO SOLIDÁRIO E O COMBATE À DISCRIMINAÇÃO RELIGIOSA

O problema da discriminação de crenças ou religião no trabalho necessita de uma política público-privada entre sociedade e estado onde ambas atuem de forma conjunta, desse modo à liberdade de religião passa a ser tolerada pelas pessoas, tornando os valores da vida favoráveis a uma opção de religião ou crença, ou seja, o bem estar social, a liberdade e igualdade. Como traz o preâmbulo de nossa Carta Constitucional de 1988, o bem estar social de quem adere a uma seita religiosa deve estar totalmente resguardado, pois o estado através de programas sociais ou até mesmo pela intervenção estatal. Neste

³² Weingartner Neto, Jayme. **Op. Cit.** P. 233.

caso, o estado juntamente com a sociedade necessita de parcerias e programas no qual forneça uma qualidade de vida mais respeitosa.

As parcerias para uma política social de qualidade e sem discriminações devem acontecer através de programas em empresas, repartições públicas ou até mesmo através de meios de comunicação.

A intervenção estatal é necessária tanto nos momentos de prevenção, quanto pós-discriminação, naquele momento que já ocorreu o ato discriminatório e precisa então o estado agir com coerção tentando conscientizar as partes do bem estar social, da liberdade de pensamento e igualdade perante a lei.

Por outro lado, a regulação da atividade punitiva no qual o estado é peça fundamental, pois é o estado quem aplicará a coerção. Um bom modelo de política pública foi instaurado pelo estado de São Paulo no ano de 2006, sobre a Resolução SJDC – 230, de 07/11/2006 o *Fórum Inter-religioso para uma cultura de Paz e Liberdade de Crença, no âmbito da Secretaria de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania, e dá providências*.

O Estado de São Paulo através de sua Secretaria de Estado da Justiça e Defesa da Cidadania em parceria com a Organização das Nações Unidas, no qual tem como objetivo tal resolução regular a discriminação religiosa tanto num modo geral quanto no ambiente do trabalho. Pois a resolução visa o incentivo a liberdade de expressão, deste modo entende que a resolução tem o objetivo de fazer com que a sociedade não tenha medo de se expressar, sendo essa expressão publica ou não.

A resolução 230/2006 presa por maiores políticas públicas, assim desenvolvendo programas e uma grande atuação das igrejas, templos, comunidades de âmbito religioso onde possam fazer a promoção da liberdade religiosa, através de seminários, congressos concentrações religiosas. A resolução também comenta em parcerias com outros países para propagar os direitos humanos no qual se direcionam a liberdade de religião e crenças.³³

³³ Disponível em <<http://www.justica.sp.gov.br/Modulo.asp?Modulo=542&Cod=2>> acesso em 17/10/2012.

Os efeitos benéficos dessa resolução é a conscientização da sociedade quanto a não discriminação pois as parcerias entre igrejas e estado, faz com que a ideia quanto a uma religião comece a se modificar, sendo ainda que em passos curtos, mas já visível com a resolução paulista.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A de se concluir que a discriminação religiosa no ambiente de trabalho existe nas mais diversas formas, pois um dos maiores contribuintes para esse acontecimento é a falta de informação da sociedade e a sua conscientização, pois deve o estado ser mais participativo com isso promover campanhas contra a mencionada discriminação.

Nossa Constituição Federal de 1988 nos conforta com princípios para assegurar a liberdade do trabalhador, sendo que na maioria das vezes não são respeitados, ou seja, a desigualdade em matéria de rendimentos salariais entre os indivíduos tem um peso muito grande no tema abordado. Os indivíduos que buscam uma oportunidade de emprego, ou já estão numa relação laborativa são na maioria das vezes obrigados a suportar tal situação por necessidade de um emprego, sendo assim, o trabalhador se a sujeita a diversas formas de discriminação, não sendo apenas no âmbito religioso, mas nas inúmeras outras situações.

O Ministério Público do trabalho em conjunto com a OIT, instituíram através de portaria nº 604/2000 os chamados “*núcleos de combate à discriminação e promoção de igualdade de oportunidade*” esse programa contra a discriminação tem presença em todas as delegacias e subdelegacias regionais do trabalho onde desenvolvem ações no qual o objetivo final é a promoção da igualdade de oportunidades, indo além com o combate a discriminação no trabalho.

O projeto tem o dever de fiscalizar e dar continuidade a compromissos no qual o governo assume, sendo esses compromissos baseados nos princípios fundamentais para uma vida laborativa digna, e o direito de inclusão social, sem discriminações quanto à opção do trabalhador sendo ela de raça, cor,

sexo, etnia ou religião, dessa forma respeitando os direitos e garantias fundamentais elencado em nossa Carta Constitucional suprema.³⁴

Pois só se tem um bem estar de qualidade no trabalho se houver respeito entre as partes, tanto empregado como empregador, pois o princípio da igualdade de crença necessita de uma atenção especial prevenindo a discriminação. O Brasil a exemplo de outros países necessita de muito trabalho, claro que muito está sendo feito para a minimização desse mal no qual tormenta milhares de pessoas todos os dias em nosso país. Um dos caminhos é a educação, pois com uma educação de qualidade, no qual ensine os valores morais do ser humano, e que um dia todo esse quadro possa se modificar com isso existindo respeito pelo próximo.

REFERÊNCIAS

BRITO, José Claudio Monteiro. **Discriminação no trabalho**. Ed. 2002. São Paulo. Editora LTr.

CANCIAN, André. **Os fundamentos do ateísmo**. Disponível em < <http://ateus.net/artigos/ateismo/os-fundamentos-do-ateismo>> acesso em 14/10/2012.

CANOTILO, José Joaquim Gomes, **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. 7ª ED. 2012. São Paulo. Editora Almedina. P. 375.

Combate à Discriminação no Trabalho. Disponível em: < www.mte.gov.br/discriminacao/default.asp > acesso em 02/11/2012

DELGADO, Mauricio Godinho, **Curso de direito do trabalho**, 7. Ed. 2008. São Paulo. Editora LTr.

GLOBO.COM. **Justiça condena empresa em MT por discriminação religiosa**-Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2011/04/justica-condena-empresa-em-mt-por-discriminacao-religiosa.html>> acesso em: 01 de junho 2012.

³⁴ Disponível em < <http://www.mte.gov.br/discriminacao/default.asp>> acesso em 02/11/2012.

GOES, Fabio. **PEC da Felicidade começa a tramitar na Câmara** Disponível em: < <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/pec-da-felicidade-comeca-a-tramitar-na-camara>> acesso em: 13/10/2012.

JORDY, Arnaldo. **projeto de lei (255/11)**, Disponível em: <<http://www.camara.gov.br>> acesso em: 27/05/2012.

JusBrasil. Disponível em: < www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/19148409/recurso-ordinario-trabalhista-ro-861201000923000-mt-0086120100092300-0-trt-23 > acesso em: 01/06/2012.

JusBrasil. Disponível em www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/18887800/1870200922901-pr-1870-2009-242-9-0-1-trt-9 > acesso em 01/06/2012.

LENZA, Pedro. **Curso de Direito Constitucional Esquematizado**. 15^o Ed.2011. São Paulo. Editora Saraiva.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de, **O Conteúdo Jurídico do Princípio da Igualdade**, 3^a Ed.2010, São Paulo: Editora Malheiros.

MENDES, Gilmar Ferreira, **Curso de Direito Constitucional**, Gilmar Ferreira Mendes, Inocêncio Mártires Coelho, Paulo Gustavo Gonet Branco. – 5^a. Ed. Ver. E atual. – São Paulo: Saraiva, 2010.

MIRANDA, Tiago. **Especialistas cobram leis contra discriminação racial no trabalho**. Disponível em: < <http://www2.camara.gov.br/agencia/noticias/TRABALHO-PREVIDENCIA/414485-ESPECIALISTAS-COBRAM-LEIS-CONTRA-DISCRIMINACAO-RACIAL-NO-TRABALHO.htm> > acesso em: 01 de junho de 2012.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de direito do trabalho**. 23^a Ed. 2008. São Paulo: Editora Saraiva.

PRADO, Luiz Regis. **Curso de direito Penal, volume 2: parte especial, arts. 121 a 183**. 3. Ed. Revisada e atual. São Paulo. Editora revistas dos tribunais, 2004.

Secretaria de justiça e da defesa da cidadania. Disponível em: www.justica.sp.gov.br/Modulo.asp?Modulo=542&Cod=2 > acesso em: 02/11/2012.

SILVA, José Afonso da, **Comentário contextual à Constituição**. 5^a Ed.2008, São Paulo: Editora Malheiros.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 32ª Ed.2009, São Paulo: Editora Malheiros.

WEINGARTNER Neto, Jayme. **Liberdade Religiosa na Constituição: fundamento, pluralismo, crenças, cultos**. 1ª Ed. 2007, Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora.